

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39625	52097/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Demonstrações Financeiras Semestrais 2025

De acordo com o disposto na alínea d) do número 2 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, compete ao auditor externo, que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Assim, remetem-se, para conhecimento, as demonstrações financeiras do Município de Braga reportadas a 30 de junho de 2025, preparadas pela Divisão de Contabilidade, bem como parecer do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral, emitido pelos Revisores Oficiais de Contas.

Anexos:

Demonstrações Financeiras Semestrais do Município de Braga
Informação do Auditor Externo

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 28/11/2025

Nº Processo: 52097/2025

Processo: Demonstrações Financeiras Semestrais 2025

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Os documentos de prestação de contas relativos ao primeiro semestre de 2025 foram preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Embora estes documentos não tenham a profundidade nem a extensão da informação prestada no final do exercício, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes correspondem, no essencial, aos aplicados no final do mesmo.

Tendo presente que os objetivos do relato financeiro das entidades públicas, conforme definidos no diploma legal em vigor, incluem proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral, tanto para efeitos de responsabilização pela prestação de contas como para suporte à tomada de decisões, o Município de Braga divulga, à data de 30 de junho de 2025, o Balanço e a Demonstração de Resultados por Naturezas.

De acordo com o disposto na alínea d) do número 2 artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, é da competência do auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Assim, remetem-se, em anexo, as **demonstrações financeiras do Município de Braga reportadas a 30 de junho de 2025**, preparadas pela Divisão de Contabilidade, bem como **parecer do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral**, emitido pelos Revisores Oficiais de Contas.

À consideração superior,

Anexos: Demonstrações Financeiras Semestrais do Município de Braga
Informação do Auditor Externo



Câmara Municipal de Braga				
Balço em 30 de junho de 2025			Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	30/06/2025	31/12/2024	
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		751 014 845,85 €	751 658 034,70 €	
Propriedades de investimento		- €	- €	
Ativos intangíveis		901 165,95 €	930 828,82 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Participações financeiras		73 670 296,52 €	73 670 296,52 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Diferimentos		- €	- €	
Outros ativos financeiros		- €	- €	
Ativos por impostos diferidos		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €	
Outras contas a receber		25 490 843,50 €	25 490 843,50 €	
		851 077 151,82 €	851 750 003,54 €	
Ativo corrente				
Inventários		2 379 827,41 €	1 764 571,87 €	
Ativos biológicos		- €	- €	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		5 759,34 €	6 630,17 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	
Clientes, contribuintes e utentes		2 418 345,28 €	2 077 953,27 €	
Estado e outros entes públicos		36 771,96 €	53 961,05 €	
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	
Outras contas a receber		57 151 119,29 €	51 670 966,39 €	
Diferimentos		- €	2 191 142,61 €	
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €	
Outros ativos financeiros		- €	- €	
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €	
Caixa e depósitos		5 194 909,56 €	5 067 366,05 €	
		67 186 732,84 €	62 832 591,41 €	
Total do Ativo		918 263 884,66 €	914 582 594,95 €	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		192 159 694,49 €	192 159 694,49 €	
Ações (quotas) próprias		- €	- €	
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €	
Prémios de emissão		- €	- €	
Reservas		9 733 815,80 €	9 691 326,83 €	
Resultados transitados		432 170 317,64 €	456 162 109,86 €	
Ajustamentos em ativos financeiros		18 315 304,80 €	18 315 304,80 €	
Excedentes de revalorização		- €	- €	
Outras variações no Património Líquido		122 174 828,25 €	116 111 628,63 €	
Resultado líquido do período	-	5 946 898,63 €	-	23 419 359,92 €
Dividendos antecipados		- €	- €	
Interesses que não controlam		- €	- €	
Total do Património Líquido		768 607 062,35 €	769 020 704,69 €	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões		52 066 643,74 €	52 066 643,74 €	
Financiamentos obtidos		31 530 151,41 €	33 093 350,22 €	
Fornecedores de investimentos		- €	- €	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €	
Diferimentos		6 541 659,30 €	6 297 883,05 €	
Passivos por impostos diferidos		- €	- €	
Fornecedores		- €	- €	
Outras contas a pagar		4 688 033,78 €	4 622 584,16 €	
		94 826 488,23 €	96 080 461,17 €	
Passivo corrente				



Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	4 096 081,94 €	80 118,13 €
Fornecedores	11 803 106,47 €	15 704 969,32 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	- €
Estado e outros entes públicos	2 524 491,67 €	1 224 264,29 €
Acionistas/sócios/associados	- €	- €
Financiamentos obtidos	6 897 035,10 €	642 972,12 €
Fornecedores de investimentos	6 033 033,56 €	6 830 297,73 €
Outras contas a pagar	20 428 241,35 €	22 072 982,51 €
Diferimentos	3 048 343,99 €	2 925 824,99 €
Passivos financeiros detidos para negociação	- €	- €
Outros passivos financeiros	- €	- €
	54 830 334,08 €	49 481 429,09 €
Total do Passivo	149 656 822,31 €	145 561 890,26 €
Total do Património Líquido e Passivo	918 263 884,66 €	914 582 594,95 €



Câmara Municipal de Braga
Demonstração de Resultados por naturezas do período findo em 30 de junho de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		30/06/2025	30/06/2024
Impostos, contribuições e taxas		40 727 094,74 €	37 006 221,30 €
Vendas		8 680,16 €	24 861,32 €
Prestações de serviços e concessões		1 598 242,33 €	1 662 518,29 €
controladas, associadas e		- €	234 290,84 €
obtidos		35 692 675,99 €	32 449 622,98 €
Variações nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
matérias consumidas		- 676 215,91 €	- 535 518,70 €
Fornecimentos e serviços externos		- 19 437 608,39 €	- 16 946 170,93 €
Gastos com pessoal		- 25 847 828,60 €	- 23 294 399,16 €
Transferências e subsídios concedidos		- 28 779 256,03 €	- 20 867 337,93 €
Prestações sociais		- €	- €
biológicos (perdas/reversões)		- €	- €
(perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
depreciáveis/amortizáveis		- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos		4 104 992,78 €	4 330 712,17 €
Outros gastos		- 371 289,49 €	- 1 042 743,91 €
gastos de financiamento		7 019 487,58 €	13 022 056,27 €
amortização		- 12 482 530,51 €	- 12 247 172,11 €
depreciáveis/amortizáveis		- €	- €
gastos de financiamento)		- 5 463 042,93 €	774 884,16 €
Juros e rendimentos similares obtidos		136 703,60 €	63 990,90 €
Juros e gastos similares suportados		- 620 559,30 €	- 815 955,42 €
Resultado antes de impostos		- 5 946 898,63 €	22 919,64 €
Imposto sobre o rendimento		- €	- €
Resultado líquido do período		- 5 946 898,63 €	22 919,64 €
Detentores do capital da entidade-mãe		- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

(artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

MUNICÍPIO DE BRAGA

1.º Semestre de 2025





ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO
- III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
- VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
- VIII. CONCLUSÃO





I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de auditor externo do **Município de Braga** (a entidade ou o Município) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do regime financeiro das autarquias locais) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do exercício de 2025.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 918 263 885 euros e um total de património líquido de 768 607 062 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5 946 899 euros), à Demonstração dos Resultados e aos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 86 616 799 euros de despesa paga e um total de 87 364 796 euros de receita cobrada) que nos foram apresentados pelo órgão executivo relativamente ao semestre em causa, bem como aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculámos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO

É da responsabilidade do órgão executivo:

- a) A preparação do balanço, da demonstração dos resultados e dos mapas de execução orçamental intercalares, reportadas a 30 de junho de 2025, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2025.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações aos responsáveis, procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

O quadro seguinte reflete as rubricas de balanço, em termos agregados por contas de razão, a 30 de junho de 2025:

Rubricas	Natureza	30 de Junho de 2025	31 de dezembro de 2024	Var. Jun. 25/ Dez. 24	
				Absoluta	%
11 Caixa	D	33 247,21	20 226,92	13 020,29	64,4%
12 - Depósitos à ordem/13- Outros depósitos	D	5 161 662,35	5 047 139,13	114 523,22	2,3%
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	C	4 096 081,94	80 118,13	4 015 963,81	5012,6%
20 - Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	D	5 759,34	6 630,17	-870,83	-13,1%
21 - Clientes, contribuintes e utentes (líquido de imparidades)	D	2 418 345,28	2 077 953,27	340 392,01	16,4%
22 - Fornecedores	C	11 803 106,47	15 704 969,32	-3 901 862,85	-24,8%
24 - Estado e outros entes públicos (valor líquido)	C	2 487 719,71	1 170 303,24	1 317 416,47	112,6%





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

25- Financiamentos obtidos	C	38 427 186,51	33 736 322,34	4 690 864,17	13,9%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo devedor)	D	82 641 962,79	77 161 809,89	5 480 152,90	7,1%
27 - Outras contas a receber e a pagar (saldo credor)	C	31 149 308,69	33 525 864,40	-2 376 555,71	-7,1%
28 - Diferimentos	D	-	2 191 142,61	-2 191 142,61	-100,0%
28 - Diferimentos	C	9 590 003,29	9 223 708,04	366 295,25	4,0%
29 - Provisões	C	52 066 643,74	52 066 643,74	0,00	0,0%
3 - Inventários	D	2 379 827,41	1 764 571,87	615 255,54	34,9%
41 - Investimentos financeiros	D	73 670 296,52	73 670 296,52	0,00	0,0%
42 - Propriedades de investimento	D	-	-	0,00	0,0%
43 - Ativos Fixos Tangíveis	D	726 258 379,91	734 020 348,91	-7 761 969,00	-1,1%
44 - Ativos Intangíveis	D	901 165,95	930 828,82	-29 662,87	-3,2%
49 - Provisão para investimentos financeiros	C	-	-	0,00	0,0%
45 - Investimentos em curso	D	24 756 465,94	17 637 685,79	7 118 780,15	40,4%
51 - Património/capital	C	192 159 694,49	192 159 694,49	0,00	0,0%
55 - Reservas	C	9 733 815,80	9 691 326,83	42 488,97	0,4%
56 - Resultados Transitados	C	432 170 317,64	456 162 109,86	-23 991 792,22	-5,3%
57 - Ajustamentos em ativos financeiros	C	18 315 304,80	18 315 304,80	0,00	0,0%
59 - Outras variações no património líquido	C	122 174 828,25	116 111 628,63	6 063 199,62	5,2%
Resultado Líquido	C	5 946 898,63	23 419 359,92	17 472 461,29	74,6%

1. A rubrica de **Devedores e Credores por Transferências, Subsídios e Empréstimos Bonificados** resulta essencialmente dos empréstimos bonificados refletidos como financiamentos, atribuídos pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão- BEI, com o objetivo de financiar as seguintes obras:

- Norte-05-2316-FEDER-000067-Reab. Mercado Municipal;
- Norte-05-1406-FEDER-000101-Prom.Mobilidade Pedonal;
- Norte-08-5673-FEDER-000145 - Escola Secundária Maximinos.

O Município tem vindo a classificar estes empréstimos bonificados em termos de balanço na rubrica de Financiamentos.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Nesta rubrica também está refletida a dívida do contrato programa da Agere referente ao 1º semestre de 2025, no montante de 3 784 495€.

2. O saldo de **Clientes** sofreu um aumento face a 31 de dezembro de 2024, que advém sobretudo da dívida relativa a taxas. De referir que o saldo total da rubrica de clientes inclui um montante de clientes considerados de cobrança duvidosa, no montante de 391 963 €, para o qual já se encontra reconhecida a respetiva perda por imparidade no exercício de 2024. Atualmente o município envia para a Autoridade Tributária a informação referente aos saldos que considera como duvidosos, ficando esta entidade responsável pela respetiva cobrança.

Importa salientar que no 1º semestre de 2025 o município não reconheceu qualquer montante de perda por imparidade para os clientes de cobrança duvidosa, sendo essa análise efetuada no final do exercício.

Alertamos para a necessidade de um maior rigor na utilização dos softwares dos vários serviços que originam rédito para o Município, e para a importância de procedimentos de validação da integração automática dessa informação na Contabilidade, a fim de garantir com mais fiabilidade o valor dos rendimentos e a respetiva dívida.

É necessário haver uma comunicação atempada entre a divisão de controlo da receita e a contabilidade quanto aos valores cobrados que já tinham sido considerados duvidosos (para os quais foi constituída imparidade), a fim de se proceder às devidas regularizações contabilísticas.

3. O saldo significativo da rubrica de **Fornecedores** é composto fundamentalmente pela obrigação assumida para com as empresas participadas, quanto a contratos de prestação de serviços relativos ao exercício de 2025. Para além disso, a referida rubrica inclui ainda passivo do Município relativo à empresa SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., ao fornecedor Uniself – Sociedade de restaurantes públicos e aos fornecedores de eletricidade Endesa, Su Eletricidade e Iberdrola, Lda.
4. O saldo da conta de **Estado e outros entes públicos** teve um acréscimo significativo que resulta essencialmente da dívida da segurança social e da CGA de





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

junho, cujo pagamento só se realiza no mês seguinte. O valor das contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde e da caixa geral de aposentações tem vindo a aumentar, devido ao aumento dos gastos com o pessoal.

5. O saldo referente a **Financiamentos obtidos** apresenta um aumento de cerca de 14% comparando com o saldo a 31 de dezembro de 2024. Este incremento resulta do novo financiamento contratualizado com a entidade bancária Montepio Geral a curto prazo, no montante máximo de 6 000 000 €.
6. A rubrica de **Outras Contas a Receber e a Pagar** (saldo devedor) inclui essencialmente: (i) outros acréscimos de rendimento, IMI e derrama especializados em 2024 e que ainda não foram totalmente regularizados/recebidos, os valores especializados referentes aos 1º semestre, bem como IMT e IUC de junho recebidos no mês de julho; (ii) dividendos atribuídos pela empresa participada – AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. e ainda não recebidos, no montante de 24 720 391 €; (iii) saldo de clientes transferido do antigo SMAS para a AGERE – 770 103 €; (iv), rendas e concessões no valor de 302 868 € – SGEB.
7. Os montantes credores da rubrica de **Outras Contas a Receber e a Pagar** referem-se fundamentalmente às seguintes situações: (i) saldo de fornecedores de imobilizado, no montante de 6 033 034 €; (ii) credores por acréscimos de gastos - estimativa de férias, subsídio de férias e de Natal do 1º semestre, no montante de 5 056 441 € e outros acréscimos de gastos referentes a transferências correntes concedidas para fornecimentos e serviços externos, essencialmente para refeições escolares – 669 203 €, eletricidade – 2 600 000 € (50% do valor de 2024) e para o PART (Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos) – 4 841 407€. Inclui ainda os saldos relativos ao adiantamento por conta de lucros realizado pela participada AGERE – 1 925 000 € e o saldo em dívida à SGEB, decorrente das rendas dos equipamentos desportivos, no montante de 1 535 924 €. Os valores da SGEB vão ser regularizados no segundo semestre, no âmbito da incorporação da empresa no município.

Ainda nesta rubrica destacam-se outros saldos também com impacto significativo:





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- a) Saldo a liquidar à entidade Assoc. Obras Públicas, ACE, no montante de 1 524 352 € e saldo a regularizar à entidade Soc. Construções Soares da Costa no montante de 877 078 €, valores relacionados com a obra do novo estádio e que estavam a ser reclamados/contestados em tribunal, tendo havido uma sentença desfavorável para o Município já em exercícios anteriores.
- b) Saldo a liquidar à entidade Seminário Conciliar de Braga no montante de 558 772€, dívida que resulta da aquisição do edifício denominado "Cinema São Geraldo" e do edifício denominado "Pé Alado", aquisição escriturada pelo preço de 1 404 000€.
- c) Saldo por liquidar à entidade "Esse- Estacionamento à superfície e subterrâneo, SA" – 420 000 €, do montante indemnizatório acordado em 2023.
8. A rubrica de **Diferimentos** com saldo credor apresenta as transferências e subsídios de capital obtidos com condições intrínsecas. As obras só podem ser transferidas para o capital próprio depois de concluídas e após obtenção do auto de receção provisória. Os valores já adiantados decorrem essencialmente das seguintes obras:
- PRR – Antiga Fábrica Confiança;
 - Regularização e Renaturalização do rio Este – 2ª fase;
 - Construção da Unidade de Saúde Campus Vilar - Projeto nº 5310 (comparticipada em 100%).
9. A rubrica de **Provisões** inclui, já desde o exercício anterior, o montante de 30 118 000 €, relacionada com ação interposta pelo terceiro Geswater – Águas e Resíduos, S.A., no Instituto de Arbitragem Comercial contra a Entidade, requerendo o pagamento à AGERE – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga E.M. de um montante aproximado de 30 118 000 €, relativo à prestação de serviços de limpeza e higiene públicas dos anos de 2013 até 2022, acrescido de 11 534 000 € a título de juros de mora.

Todavia, conforme referimos na Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2024, o referido processo ainda se encontra em curso, pelo que consideramos não nos ser possível determinar os eventuais ajustamentos necessários nas demonstrações financeiras do município quanto aos juros de mora que o autor





reclama. Identificamos ainda um conjunto de outros processos judiciais intentados contra o Município, em relação aos quais a informação fornecida pelos advogados sobre o respetivo desfecho nem sempre se apresenta suficientemente clara e completa, dada até a complexidade jurídica e a antiguidade de alguns desses processos. Face ao descrito, consideramos não nos ser possível determinar os ajustamentos necessários nas demonstrações financeiras do município, em particular no passivo (rubrica de provisões), no património líquido (resultados transitados) e no resultado do período.

10. A rubrica de **Investimentos financeiros** reflete os investimentos nas entidades cujas participações estão maioritariamente mensuradas ao MEP – Método de equivalência patrimonial. Os investimentos em outras entidades resultam do **FAM – Fundo de Apoio Municipal**, no montante de 2 504 241 €, sendo este um mecanismo de recuperação financeira dos Municípios portugueses, legalmente estabelecido, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.

De destacar, quanto às participações financeiras, a seguinte situação:

Na sequência do Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto, e das diligências efetuadas tendo em vista assegurar a continuidade do serviço público prestado pela entidade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. e garantir uma transição adequada para o futuro sistema intermunicipal, foi obtida a prorrogação da concessão do atual sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos nos municípios do Baixo Cávado até 31 de dezembro de 2026, através do Decreto-Lei 98/2025, de 21 de agosto. A situação descrita poderá ter efeitos materialmente significativos nas demonstrações financeiras da AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M (detida em 51% pelo município) e bem assim, nas demonstrações financeiras do município, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial, não nos sendo possível, com base na informação disponível à data, quantificar os eventuais impactos no ativo, no património líquido (resultados transitados e ajustamentos em ativos financeiros) e no resultado líquido da Entidade.





11. Na rubrica de **Ativos Fixos Tangíveis** destacamos neste semestre a reclassificação entre domínio público e domínio privado de alguns itens registados na rubrica de *terrenos e terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva, rodoviárias, outras infraestruturas e piscinas e complexos desportivos*.

A este nível, entendemos pertinente referir que, conforme mencionado na nossa Certificação Legal das Contas do exercício de 2024, apesar dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos e das regularizações efetuadas no património (grande parte das quais registadas por contrapartida de resultados transitados, com a consequente reexpressão das contas do período comparativo), consideramos ainda não ter sido possível garantir a plenitude e mensuração dos ativos incluídos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, designadamente quanto aos bens imóveis de domínio público e de domínio privado, com os correlativos efeitos nas depreciações (acumuladas e do exercício) e nos subsídios ao investimento, quando se trate de ativos co-financiados. Face ao descrito, à presente data consideramos ainda não serem passíveis de quantificação os eventuais ajustamentos necessários no ativo (rubrica de Ativos fixos tangíveis), no património líquido (resultados transitados e outras variações no património líquido) e no resultado líquido da Entidade.

Também no que se refere às concessões, as concessionárias ainda não forneceram a informação adequada e suficiente sobre os ativos, o que impossibilita o Município de proceder aos registos contabilísticos necessários para dar integral cumprimento à *NCP 4 – Acordos de concessão: concedente*. Assim, não nos é possível apurar os eventuais ajustamentos decorrentes da situação exposta para as demonstrações financeiras do 1º semestre de 2025, no ativo (rubrica de ativos fixos tangíveis), no passivo (rubrica de diferimentos) e no património líquido (resultado líquido do período e resultados transitados).

12. Os **Investimentos em curso** tiveram um incremento considerável em relação ao período anterior, resultante, em grande medida, das seguintes obras: i) requalificação e ampliação do JI de Gualtar; ii) requalificação e ampliação do pavilhão das Goladas; iii) serviços prestados na obra de musealização da área das carvalheiras – área arqueologia, centro de interpretação e área envolvente; iv)





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

contrato de empreitada nº CPE.05.23.DMOSM - "Praia Fluvial de Crespos"; v) serviços prestados no campo desportivo das camélias; vi) Ordenamento e regularização do rio Torto e Ribeira de Panoias; vii) serviços prestados na obra: ADAQ.02.25.DMOSM - requalificação da avenida do Monte (EM628) na freguesia de Escudeiros; viii) prestação serviços - empreitada: CC 280/24 - Adaq.08.24.DMOSM - repavimentação da avenida do Covedelo e Rua Senhora da Graça.

Alertamos para a necessidade de um maior rigor e tempestividade na comunicação das datas de conclusão das obras. Os departamentos que acompanham as obras devem remeter para os serviços de Contabilidade e para a área do Património o auto de receção provisória da obra, a fim de se proceder à reclassificação da mesma para Ativos Fixos Tangíveis (firme) e dessa forma, o ativo passar a estar disponível para uso e, bem assim, sujeito a depreciações.

13. No **Património líquido** destaca-se o impacto da variação na rubrica de resultados transitados, que resulta do reconhecimento do resultado líquido negativo do exercício de 2024.
14. O saldo da rubrica de **Outras variações no património líquido** reflete as transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables ao abrigo do FEDER- Portugal 2020 e ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro e art. 35º, nº 3 da lei nº 73/2013.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe das contas de gastos e rendimentos do primeiro semestre de 2025:





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Rubricas	Natureza	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2025	1 de Janeiro a 30 de Junho de 2024	Var. Jun. 25/ Jun. 24	
				Absoluta	%
60- Transferências e subsídios concedidos	D	28 779 256,03	20 867 337,93	7 911 918,10	37,9%
61- CMVMC	D	676 215,91	535 518,70	140 697,21	26,3%
62- Fornecimentos e serviços externos	D	19 437 608,39	16 946 170,93	2 491 437,46	14,7%
63- Gastos com o pessoal	D	25 847 828,60	23 294 399,16	2 553 429,44	11,0%
64- Gastos de depreciação e de amortização	D	12 482 530,51	12 247 172,11	235 358,40	1,9%
65- Perdas por imparidade	D			0,00	0,0%
68- Outros gastos	D	371 289,49	1 042 743,91	-671 454,42	-64,4%
69- Gastos por juros e outros encargos	D	620 559,30	815 955,42	-195 396,12	-23,9%
70- Impostos, contribuições e taxas	C	40 727 094,74	37 006 221,30	3 720 873,44	10,1%
71- Vendas	C	8 680,16	24 861,32	-16 181,16	-65,1%
72- Prestações de serviços e concessões	C	1 598 242,33	1 662 518,29	-64 275,96	-3,9%
74- Trabalhos para a prp empresa	C	-	-	0,00	0,0%
75- Transferências e subsídios correntes obtidos	C	35 692 675,99	32 449 622,98	3 243 053,01	10,0%
76- Reversões	C			0,00	0,0%
78- Outros rendimentos	C	4 104 992,78	4 330 712,17	-225 719,39	-5,2%
79- Juros, dividendos e outros rendimentos similares	C	136 703,60	298 281,74	-161 578,14	-54,2%
Resultado Líquido	D/C	5 946 898,63	22 919,64	-5 969 818,27	-26046,7%

1. Em relação à rubrica de **Fornecimentos e serviços externos**, constatamos que os itens que apresentam montantes mais significativos são os seguintes:
 - Iluminação pública e eletricidade;
 - Serviços de restauração-cantinas escolares;
 - Serviços especializados;
 - Materiais de Consumo;
 - Rendas e Alugueres;
 - Serviços Culturais;
 - Outros Serviços;
2. Na rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes**, verificamos que estão reconhecidos essencialmente subsídios para freguesias, ao abrigo dos contratos de execução e dos contratos interadministrativos, verbas referentes a refeições para o 1º ciclo e para o pré-escolar e subsídios destinados a instituições sem fins lucrativos, suportados por protocolos de colaboração. Estão ainda reconhecidos





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

subsídios a empresas municipais e intermunicipais que decorrem dos contratos programa celebrados com a Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – 2 300 000 €, InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M. – 399 800 €, Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M. (anteriormente designada de Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.) – 4 147 569 € e do contrato de concessão com a TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., em vigor durante 10 anos, no valor global de 60 389 935 €, e com um valor anual de 6 108 116 €.

Na subconta- Outros – a/c 601901, também temos o valor referente ao i) PART (Programa de apoio à redução tarifária nos transportes) e ii) ProTransp (Apoio para promover o reforço dos serviços e implementação dos novos serviços de transportes públicos), do Despacho nº 8459/2020 e do despacho nº 7461-A/2023 – despacho que veio reforçar o financiamento dos serviços públicos de transportes de passageiros. O montante refletido neste semestre ronda os 4 841 000 €.

Os valores acima evidenciados são transferidos pela Comunidade Intermunicipal do Cávado para o Município e este, por sua vez, transfere-os à TUB – Transportes Urbanos de Braga, que tem por objeto social a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, sendo o efeito líquido nulo nas contas no Município.

Em subsídios correntes também temos refletido o apoio da natalidade, o “rada” – regime de apoio direto ao arrendamento e o “rade” – regime de apoio direto ao empréstimo.

3. Os **Gastos com o pessoal** têm vindo a aumentar consideravelmente devido às atualizações salariais impostas legalmente e à contratação de mais pessoal.
4. Para os **Gastos de depreciação e amortização** foi estimado e especializado o correspondente a 50% do valor das depreciações/amortizações do exercício anterior, o que, face às regularizações contabilísticas que estão a ser identificadas e registadas no Ativo fixo tangível do Município, poderá causar distorções materialmente significativas nas demonstrações financeiras do semestre.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

5. A conta de **Impostos, contribuições e taxas** reflete os valores do IMI e derrama especializados neste 1º semestre, e que somente serão recebidos a partir de 2026, bem como as verbas recebidas de IUC e IMT. Inclui ainda os montantes recebidos referentes às taxas específicas das autarquias locais, essencialmente relacionadas com loteamentos e obras e ocupação da via pública.
6. Constatámos que tem havido um progresso no rigor subjacente ao reconhecimento dos rendimentos que resultam das **Vendas, prestações de serviços e taxas específicas das autarquias locais**. Todavia, continuam a persistir dificuldades em validar a sua plenitude, do ponto de vista contabilístico, nomeadamente devido à existência de diversas subcontas designadas como "Outros", o que dificulta o cruzamento e validação das listagens de faturação. Com vista a uma melhor análise desta área, sugerimos que as listagens de faturação de todos os departamentos apresentem uma coluna com as respetivas subcontas associadas ao serviço prestado. Para garantir e melhorar o controlo das **taxas específicas do Município - loteamentos e obras** sugerimos que o Município utilize na íntegra a aplicação específica – **SPO- Sistema de processos de obras**, desenvolvida para a gestão dos processos. A utilização da referida aplicação de forma apropriada permitirá ao Município obter a desmaterialização dos processos de urbanismo, garantindo o seu registo, tramitação e consulta de forma eletrónica, e possibilitando também a emissão das faturas de forma automática (e não manual). Alertamos ainda para a importância da segregação de funções no cálculo das taxas.

Face ao descrito, julgamos pertinente destacar que, conforme mencionado na nossa Certificação Legal das Contas do exercício de 2024, ainda que se tenham verificado melhorias relevantes nos últimos exercícios, consideramos persistirem limitações quanto à obtenção de prova de auditoria suficiente para garantir a adequada mensuração dos rendimentos relativos à rubrica de Loteamentos e obras e a respetiva documentação de suporte, o que impossibilita a validação integral dos montantes registados contabilisticamente. Deste modo, não nos é possível apurar, nem quantificar, a eventual necessidade de ajustamentos no ativo (clientes, contribuintes e utentes), no património líquido (resultados transitados) e no resultado líquido da Entidade, decorrentes da situação descrita.





7. As **Transferências e subsídios correntes obtidos** decorrem do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Fundo Emergência Municipal, Fundo Participação Fixa no IRS), Fundo de Financiamento de Descentralização no âmbito da educação e saúde e outros subsídios (DREN, IEF, Seg. Social e Fundo Social Europeu). O aumento que se verifica nesta rubrica resulta de apoios para a Braga - Capital Portuguesa da Cultura e do próprio aumento ao semestre do valor do PART.
8. Os trabalhos que o Município realiza para si mesmo (**Trabalhos para a própria entidade**), sob administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu ativo fixo tangível, não foram reconhecidos no primeiro semestre de 2025, sendo essa análise efetuada apenas no final do exercício.
9. A conta de **Outros Rendimentos** evidencia fundamentalmente neste primeiro semestre: (i) ganhos em rendas de terrenos concessionados à EDP; e (ii) transferências de capital que resultam dos subsídios ao investimento e que vão sendo imputadas a rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Das análises anteriores decorrem os indicadores de situação económica e financeira e de dependência que vêm expressos nos quadros subsequentes:

Q.3. Indicadores da situação económico-financeira

		30/jun/25	31/dez/24
Solvabilidade	Património líquido/Passivo	513,58%	528,31%
Autonomia Financeira	Património líquido/Ativo Líquido	83,71%	84,08%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,23	1,27
Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,09	0,10
Rendibilidade Económica	Resultado líquido/Ativo Líquido	-0,65%	-3,05%
Rendibilidade Financeira	Resultado líquido/Património Líquido	-0,77%	-3,05%
Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	16,30%	15,92%





Q. 4. Indicadores de dependência

		30/jun/25	30/jun/24
Dependência económica total	Rendimentos com origem no município/Gastos Totais	52,80%	52,80%
Dependência económica de transferências e subsídios	Rendimentos com origem no município de transferências e subsídios/Rendimentos Totais	43,39%	40,46%

VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Com base nos mapas de controlo orçamental da receita e da despesa preparados pelo Município apresenta-se o seguinte quadro de indicadores orçamentais:

Descrição	jun/25	jun/24
Receita Total Disponível/Despesa Total Paga	101%	272%
Receita Corrente Cobrada/Despesa Corrente Cobrada	119%	102%
Receita corrente cobrada/Total de receitas cobradas	85%	100%
Receita capital cobrada/Total de receitas cobradas	15%	19%
Despesa corrente paga/despesa total paga	72%	96%
Despesa capital paga/despesa total paga	28%	17%

Conforme decorre da informação apresentada acima, o grau de execução verificado nas receitas e despesas de capital (quando comparado com o grau de execução verificado nas receitas e despesas correntes) acaba por ter um carácter intrínseco à natureza da atividade desenvolvida pelos Municípios.

Os indicadores anteriores refletem, em geral, uma execução orçamental equilibrada em termos globais, com um decréscimo do peso relativo da despesa e da receita corrente em relação ao período homólogo.

VIII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, e excetuando as limitações descritas acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira e orçamental disponibilizada pela entidade **Município de Braga** para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2025, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável no período em análise, tendo em conta a natureza e características da sua atividade.

Braga, 7 de novembro de 2025

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

